



**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

R. Riachuelo, 185 – 4º andar – tel: 3111-4013 e 3111-4020 (fone/fax)
e-mail: HYPERLINK "mailto:def001_fd@recad.usp.br" def.usp.br
Correspondência: Largo São Francisco, 95 – CEP 01005-010 – Centro – SP - Brasil

Introdução ao Direito Ambiental – DEF 0219
Professora Associada Ana Maria Nusdeo

Noturno: 6as feiras das 09:15 às 11:00 – Sala Conselheiro Crispiniano

I - Objetivos

Apresentar as bases teóricas e constitucionais do direito ambiental, bem como a estrutura da legislação e do Sistema Nacional do Meio Ambiente. O curso pretende fornecer a compreensão básica sobre o direito ambiental e os subsídios para aprofundamento de estudo e pesquisa na área e, ao mesmo tempo, um posicionamento crítico sobre seus diversos tópicos.

II - Metodologia

Aulas expositivas, com participação estimulada por questões. Em ocasiões agendadas, dinâmica de resolução de problemas ou discussão.

III- Textos e Materiais indicados

1. Material de aula

O material de aula indica as normas jurídicas referidas e analisadas nas aulas expositivas.

2. Textos de seminário

São textos de leitura obrigatória para as atividades avaliativas.

3. Textos de apoio

Os textos de apoio embasam as aulas expositivas e constituem material para preparação das provas. A participação nas aulas é bem avaliada se demonstrar a sua leitura. Trata-se assim de leitura facultativa, porém incentivada.

4. Textos ou materiais complementares:

Trazem material de aprofundamento ou atualidades.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO

R. Riachuelo, 185 – 4º andar – tel: 3111-4013 e 3111-4020 (fone/fax)
e-mail: HYPERLINK "mailto:def001_fd@recad.usp.br" def.usp.br
Correspondência: Largo São Francisco, 95 – CEP 01005-010 – Centro – SP - Brasil

IV- Avaliação

A nota dos seminários compõe 30% da nota do curso (um ponto cada), enquanto a prova representa 70% da nota geral. Além disso, pode ser concedido até 0,5 ponto extra pelas participações em sala de aula.

Nota da prova + nota dos seminários + possível 0,5 extra = média final

Em caso de falta nos dias de seminário, apenas haverá oportunidade de atividade substitutiva (a ser definida ao final do semestre) mediante justificativa acompanhada de comprovação.

V - Conteúdo Programático

17/03/2023 - Aula 01 – Problemas Ambientais e os desafios de sua abordagem jurídica.

Introdução: Quais são os problemas ambientais e suas respostas jurídicas? Apresentação do programa.

24/03/2023 - Aula 02 – Paradigmas éticos jurídicos de abordagem do meio ambiente

Texto de apoio:

LOURENÇO, Daniel Braga. *Ética ambiental e o valor do mundo natural*. Disponível em: https://www.academia.edu/4166091/%C3%89tica_Ambiental_e_o_Valo_do_Mundo_Natural

Material complementar:

SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2018, p. 353-366

31/03/2023 - Aula 03 – Abordagem econômica da questão ambiental

Texto de apoio:

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. *Direito ambiental e economia*. Curitiba: Juruá, 2018. p. 91-137.



**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

R. Riachuelo, 185 – 4º andar – tel: 3111-4013 e 3111-4020 (fone/fax)
e-mail: HYPERLINK "mailto:def001_fd@recad.usp.br" def.usp.br
Correspondência: Largo São Francisco, 95 – CEP 01005-010 – Centro – SP - Brasil

Material complementar:

Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais [...]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm

AULA magna de ecologia ecológica com o prof. Clóvis Cavalcanti. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Xdkjz2AXiCE>

FARIAS, Talden; RÉGIS, Ademar Azevedo. A Lei da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. *Consultor Jurídico*, 27 fev. 2021. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2021-fev-27/ambiente-juridico-lei-politica-nacional-pagamento-servicos-ambientais>

07/04/2023 – Semana Santa

14/04/2023 - Aula 04 – Seminário I: Justiça e Direito Ambiental

Texto de seminário¹:

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 10. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Atlas, 2018, p. 388 - 393 (7.2 Direito e Justiça).

HARDIN, Garrett. *The tragedy of commons* [Acrescido do resumo sobre os apontamentos de Elinor Ostrom ao texto de HARDIN]. [S. l. s. n.], [1968].

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 189-206.

Material complementar:

AMENDOLARE, Nicholas. What is the tragedy of the commons? *TED-Ed*. 4min57sec. 21 nov. 2017. Disponível em: <https://youtu.be/CxC161GvMPc>.

21/04/2023 – Tiradentes

¹ A listagem dos textos está disposta em ordem lógica. Sugerimos a leitura na ordem indicada.



**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

R. Riachuelo, 185 – 4º andar – tel: 3111-4013 e 3111-4020 (fone/fax)
e-mail: HYPERLINK "mailto:def001_fd@recad.usp.br" def.usp.br
Correspondência: Largo São Francisco, 95 – CEP 01005-010 – Centro – SP - Brasil

28/04/2023 - Aula 05 – Desenvolvimento do direito ambiental no âmbito internacional e nacional

Texto de apoio:

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. *Direito ambiental: introdução, fundamentos e teoria geral*. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 147-178.

Texto Complementar:

BENJAMIN, Antonio Herman De Vasconcellos E. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. *In: Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva*, v. 19, n. 1, jan./jun. 2008.

Material complementar:

Report of the United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, 5-16 jun. 1972. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL7/300/05/IMG/NL730005.pdf?OpenElement>

Declaração do Rio de Janeiro. Proclamada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/szzGBPjxPqnTsHsnMSxFWPL/?lang=pt>

05/05/2023 - Aula 06 – Meio Ambiente na Constituição Federal

Texto de apoio:

SARLET, Ingo; FENSTERSEIFER, Tiago. *Direito constitucional ecológico*. São Paulo: Thomson Reuters. Revista dos Tribunais, 7ª ed., 2021, p. 53-87.

Material de aula:

Constituição Federal (arts. 20, 23, 24, 26, 170, 186 e 225);

12/05/2023 - Aula 07 – Princípios do direito ambiental

Texto de apoio:

MORATO LEITE, José Rubens. *Direito ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 89-119.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO

R. Riachuelo, 185 – 4º andar – tel: 3111-4013 e 3111-4020 (fone/fax)
e-mail: HYPERLINK "mailto:def001_fd@recad.usp.br" def.usp.br
Correspondência: Largo São Francisco, 95 – CEP 01005-010 – Centro – SP - Brasil

MACHADO, Paulo Affonso Leme; ARAGÃO, Maria Alexandra de Souza. *Princípios de Direito Ambiental*. São Paulo: JusPodivm, 2022. p. 37 - 47.

Material de aula:

Constituição Federal (arts. 20, 23, 24, 26, 170, 186 e 225);

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente [...] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm.

19/05/2023 - Aula 08 – Seminário II: Desafios para a interpretação constitucional do direito ambiental

Texto de seminário:

Trechos selecionados sobre o *status* normativo dos tratados internacionais de direitos humanos e a questão ambiental. Disponível no moodle.

Material complementar:

Íntegra dos textos da leitura obrigatória:

ADI 4066 – Caso Amianto – Voto Min. Rosa Weber

ADPF 708 - Fundo Clima – Voto Min. Roberto Barroso – Trecho (p. 14-34)

CORTE IDH. Opinião Consultiva 23/2017

RE 466.343-1 – Caso do depositário infiel – Voto do Min. Gilmar Mendes

SARLET, Ingo; WEDY, Gabriel Tedesco; FENSTERSEIFER, Tiago. A equiparação dos tratados ambientais aos tratados de direitos humanos. *Conjur*. 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jul-15/direitos-fundamentais-equiparacao-tratados-ambientais-aos-direitos-humanos#:~:text=A%20decis%C3%A3o%20do%20STF%20reconheceu,do%20Poder%20Executivo%20na%20mat%C3%A9ria>.

26/05/2023 - Aula 09 – Políticas ambientais e a Política Nacional do Meio Ambiente

Texto de apoio:

SILVA, Júlia Assis, *Teoria das políticas públicas ambientais: estudo para uma política de conversão de multas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. p. 109-181.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO

R. Riachuelo, 185 – 4º andar – tel: 3111-4013 e 3111-4020 (fone/fax)
e-mail: HYPERLINK "mailto:def001_fd@recad.usp.br" def.usp.br
Correspondência: Largo São Francisco, 95 – CEP 01005-010 – Centro – SP - Brasil

MACHADO, Paulo Affonso L. A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. In SAMPAIO, Rômulo ET AL. *Tópicos de Direito Ambiental: 30 anos da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. P. 3-23

Material complementar:

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In.: *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas* / organizadora: Adriana Maria Magalhães de Moura. – Brasília: Ipea, 2016.

Material de aula:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente [...] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. [...] institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm

02/06/2023 – Aula 10 – Competência em matéria ambiental

Texto de apoio:

FERREIRA, Helini S. Competências ambientais. In: CANOTILHO, José J.; LEITE, José Rubens Morato. *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo, Saraiva, 2007. pp. 204-218.

Material de aula:

Constituição Federal (arts. 20, 23, 24, 26, 170, 186 e 225);

Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas [...] para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm

09/06/2023 – Corpus Christi



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO

R. Riachuelo, 185 – 4º andar – tel: 3111-4013 e 3111-4020 (fone/fax)
e-mail: HYPERLINK "mailto:def001_fd@recad.usp.br" def.usp.br
Correspondência: Largo São Francisco, 95 – CEP 01005-010 – Centro – SP - Brasil

16/06/2023 – Aula 11 – Atuação da Administração em matéria ambiental

Texto de apoio:

BECHARA, Erika. *Licenciamento e compensação ambiental na lei do sistema nacional das unidades de conservação* (SNUC). São Paulo: Atlas, 2009. p. 80 - 135.

Material de aula:

Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em:
http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=74.
[Alterada pelas Resoluções nºs 11/1986, 05/1987, 237/1997 e 494/2020].

Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Disponível em:
https://cetesb.sp.gov.br/licenciamento/documentos/1997_Res_CONAMA_237.pdf

Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas [...] para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente [...].
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm

Instrução normativa IBAMA nº 184, de 17 de julho de 2008, com alterações da IN IBAMA nº 14/2011. Disponível em:
https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2008/in_ibama_184_2008_licenciamentoambientalfederal_revga_in_65_2005_altrd_in_ibama_14_2011.pdf

23/06/2023 – Aula 12 – Seminário III: Licenciamento Ambiental

Exercício: Analisando e corrigindo um procedimento de licenciamento ambiental

Bibliografia Básica

BARROSO, Luís Roberto. A proteção do Meio Ambiente na constituição brasileira. *Revista Forense*, n. 317, jan-mar 1988.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO

R. Riachuelo, 185 – 4º andar – tel: 3111-4013 e 3111-4020 (fone/fax)
e-mail: HYPERLINK "mailto:def001_fd@recad.usp.br" def.usp.br
Correspondência: Largo São Francisco, 95 – CEP 01005-010 – Centro – SP - Brasil

COASE, Ronald. O problema do custo social. *Latin American and Caribbean Journal of Legal Studies*, v. 3, Issue 1, 2008.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 10. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Atlas, 2018.

GRANZIERA, Maria Luiza M. *Direito Ambiental*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. Editora Elefante, 2019.

HARDIN, Garrett. The tragedy of commons. *Science: new series*, Vol. 162, No. 3859 (Dec. 13, 1968), p. 1243-1248.

LEITE, José Rubens M. (org) *Manual de Direito Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2015.

MACHADO, Paulo Afonso L. *Direito Ambiental Brasileiro*. Salvador: JusPodivm, 2020.

MACHADO, Paulo Afonso Leme; ARAGÃO, Maria Alexandra de Souza. *Princípios do Direito Ambiental*. São Paulo: JusPodivm, 2022.

NUSDEO, Ana Maria. *Direito Ambiental & Economia*. Curitiba: Juruá, 2018.

NUSDEO, Fábio. *Desenvolvimento e ecologia*. São Paulo: Saraiva, 1975.

SARLET, Ingo W. & FENSTERSEIFER, Tiago. *Curso de Direito Ambiental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SILVA, José Afonso. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Editora Malheiros, 2009.